



UFSC



Artigos Livres

Militarização das escolas públicas de Roraima: opiniões e questões de linguagem no contexto escolar

Militarización de las escuelas públicas de Roraima: opiniones y cuestiones de lenguaje en el contexto escolar

Ceiliene Pereira da Silva e Silva^I 
Antonio Lisboa Santos Silva Júnior^I , **Alan Ricardo Costa^{II} **

^IUniversidade Federal de Roraima, RR, Brasil

RESUMO

Tendo em vista a popularização do projeto de militarização escolar e as questões inerentes aos discursos e à linguagem que circula sobre o tema, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: quais os reflexos educacionais e sociais oriundos da linguagem militar implantada nas escolas públicas de Roraima? O objetivo geral é investigar como o militarismo tem se consolidado nas escolas de Roraima, considerando sobretudo o conceito de colégio militarizado e as concepções do público acerca do militarismo nas escolas roraimenses. O trabalho tem como arcabouço teórico-epistemológico a Linguística Aplicada (LA), campo transdisciplinar (ou *indisciplinar*) de pesquisa sobre a linguagem como prática social (Moita Lopes, 2006). A pesquisa é de natureza quali-quantitativa (Paiva, 2019) e os dados foram colhidos por meio da aplicação de questionário, com respostas analisadas à luz do que defendem autores como Abric (1994) e Weber e Pérsigo (2017) sobre representação social e opinião pública, respectivamente. Os questionários foram aplicados com 88 participantes voluntários, entre outubro e novembro de 2023. Os resultados apontaram que, de modo geral, o projeto de militarização é aceito pela comunidade roraimense envolvida, ao tempo em que deixa de ser aceito por outra parcela participante, muito pelo que preceitua os princípios de hierarquia e disciplina que é aliada à gestão pedagógica nessas escolas. Constata-se que há pontos positivos e negativos provenientes dela, na perspectiva da comunidade roraimense.

Palavras-chave: Colégio Militarizado; Linguagem; Opinião pública; Representação social

RESUMEN

Ante la popularización del proyecto de militarización escolar y las cuestiones inherentes a los discursos y lenguajes que circulan sobre el tema, este estudio parte de la siguiente pregunta de investigación: ¿cuáles son las consecuencias educativas y sociales que se derivan del lenguaje militar implementado



en las escuelas públicas? en Roraima? El objetivo general es investigar cómo el militarismo se ha consolidado en las escuelas de Roraima, considerando sobre todo el concepto de escuela militarizada y el público y sus percepciones sobre el militarismo en las escuelas de Roraima. El trabajo tiene como marco teórico-epistemológico la Lingüística Aplicada (LA), un campo de investigación transdisciplinario (o *indisciplinario*) sobre el lenguaje como práctica social (Moita Lopes, 2006). La investigación es de naturaleza cualitativa y cuantitativa (Paiva, 2019) y los datos se recolectaron a través de un cuestionario, analizándose las respuestas a la luz de lo que autores como Abric (1994) y Weber y Pérsigo (2017) sostienen sobre la representación social y la opinión pública, respectivamente. Los cuestionarios fueron aplicados a 88 participantes voluntarios, entre octubre y noviembre de 2023. Los resultados mostraron que, en general, el proyecto de militarización es aceptado por la comunidad de Roraima involucrada, al mismo tiempo que ya no es aceptado por otro grupo de participantes. muy que prescribe los principios de jerarquía y disciplina que se combinan con la gestión pedagógica en estas escuelas, señalando que de ello se derivan puntos positivos y negativos, desde la perspectiva de la comunidad de Roraima.

Palabras clave: Colegio Militarizado; Lenguaje; Opinión pública; Representación social

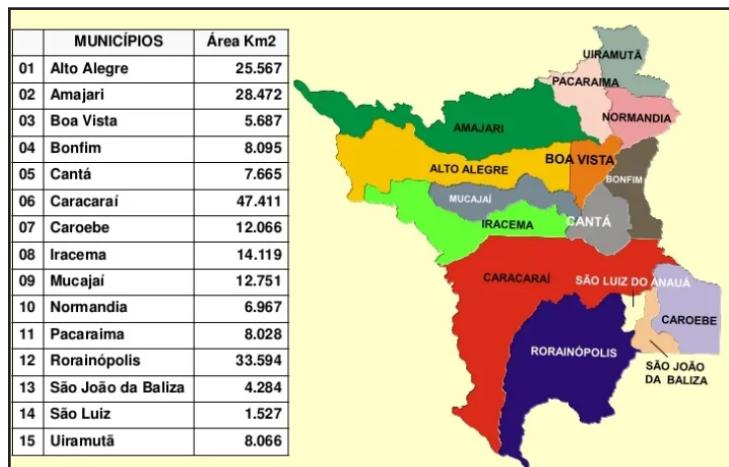
1 INTRODUÇÃO

O tema da educação apresenta complexidades significativas, especialmente diante dos desafios existentes nessa área, caracterizada por uma multiplicidade de problemas de variadas ordens (pedagógica, política, econômica, tecnológica, infraestrutural...), e pela escassez de soluções eficazes (e.g. Krawczyk, 2018; Ribeiro, 2021; Costa *et al.*, 2020). Nesse cenário educacional complexo, o presente artigo enfoca mais pontualmente o modelo de gestão militarizado recentemente implementado nas escolas de educação básica do Estado de Roraima. O referido modelo consiste na gestão compartilhada entre profissionais civis e militares, sendo os primeiros responsáveis pelas atividades pedagógicas, enquanto os últimos assumem funções relacionadas à manutenção da ordem e disciplina no ambiente escolar.

Dados coletados em websites e documentos oficiais do governo do estado indicam que o Estado de Roraima (ver imagem 1) conta hoje com 33 (trinta e três) Escolas Militarizadas¹, presentes tanto na capital, Boa Vista, quanto em municípios do interior do Estado: Mucajá, Vila Samauma/Mucajá, Iracema, Amajari, Rorainópolis, Nova Colina, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Alto Alegre, São Luiz do Anauá, Pacaraima e Normandia (Roraima, 2022).

¹ Também tem sido adotada a nomenclatura “colégios militarizados”, conforme será explicado ao longo do artigo.

Imagen 1 – Municípios de Roraima



Fonte: https://assiscabral.com/?page_id=305²

Somam-se ao imbróglio da militarização escolar as questões inerentes aos discursos e à linguagem que circula sobre o tema. Quanto a isso, mostra-se importante destacar o papel da linguagem na formação do indivíduo, pois é por meio dela que se efetiva a comunicação que leva cada pessoa a se interpelar em sujeitos no mundo. Nesse viés, é através do discurso que se constrói a aprendizagem, ponte entre o sujeito e a sociedade. Tal concepção, defendida por Almeida e Villalba (2015), torna ainda mais imprescindível o estudo sobre a linguagem militar que vem sendo aliada à (e popularizada por meio da) gestão pedagógica nas escolas, haja vista que essa linguagem pode influenciar diretamente não só a formação de cada aluno, mas também a práxis de cada docente.

As discussões sobre essa temática costumam ser polêmicas, sobretudo em razão da grande polarização política decorrente do cenário eleitoral que se perpetuou a partir do ano de 2018. Nesse viés, muitas das narrativas quanto ao projeto de militarização das escolas públicas vinculam-se a críticas sobre a metodologia (incompatível com um ensino crítico-libertador e limitante da liberdade de expressão dos alunos) ou sobre a questão econômica (por tal modelo não ser economicamente viável ao Estado), dentre outros aspectos. Por outro lado, também circulam narrativas

² Último acesso em 10 de dezembro de 2023

quanto à diminuição da violência em colégios que foram militarizados, sendo esse possivelmente o maior argumento a favor do projeto. Publicações recentes no âmbito acadêmico, como o trabalho de Duarte (2023), sobre os desafios e as perspectivas do coordenador pedagógico em colégios estaduais militarizados, e o de Santos (2020), sobre as políticas conservadoras e o processo de militarização da educação, não descuidam de tais questões.

Tendo em vista todo o exposto, nesta pesquisa é abordada a questão da militarização de escolas roraimenses, por meio de mecanismos de pesquisa bibliográfica e de campo. Para tanto, foram buscadas as partes direta e indiretamente envolvidas nessa realidade: os profissionais civis e militares que trabalham nos colégios militarizados, os alunos dessas instituições e a comunidade em geral. Assim, buscamos com o presente estudo levantar informações que pudessem mostrar a realidade desse cenário educacional com o incremento dessa nova linguagem militar no ensino da rede pública de Roraima, com foco em uma análise crítica, o que significa abranger questões políticas, mas independente de qualquer visão político-partidária. O foco do estudo recai sobre as informações que foram colhidas da sociedade e as perspectivas desse público que presencia e opina sobre como a militarização das escolas tem impactado a educação.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão: quais os reflexos educacionais e sociais oriundos da linguagem militar implantada nas escolas públicas de Roraima? Considerando essa questão de pesquisa, nosso objetivo geral é investigar como o militarismo tem se consolidado nas escolas de Roraima. A pesquisa conta com os seguintes objetivos específicos: 1) discutir o conceito de colégio militarizado; 2) averiguar junto à sociedade e ao público suas percepções acerca do militarismo nas escolas; e 3) analisar os impactos sociais e educacionais decorrentes da implantação do militarismo nas escolas roraimenses.

O estudo encontra respaldo teórico-epistemológico na seara da Linguística Aplicada, esse campo transdisciplinar (ou indisciplinar) de pesquisa sobre linguagem

como prática social (Moita Lopes, 2006; Costa et al., 2024). Coadunamos da perspectiva de Celani (1992), para quem a Linguística Aplicada conforma um suporte teórico adequado para uma pesquisa que pretendeu, por meio do estudo da linguagem, interferir no mundo de forma positiva, apontando estratégias para melhorias e soluções nos cenários estudados.

A escrita deste artigo está organizada da seguinte forma: a seguir, é apresentada a metodologia adotada para a realização da pesquisa. Posteriormente, é abordado o percurso formativo do militarismo nas escolas de Roraima, para fins de maior compreensão do conceito de escola militarizada. Por último, com respaldo teórico de autores como Abric (1994) e Weber e Pérsigo (2017), são analisados os dados coletados e as percepções da comunidade partícipe sobre a militarização das escolas, o que proporcionou o material necessário para identificar os reflexos sociais e educacionais oriundos do projeto de militarização.

2 METODOLOGIA

O levantamento e a análise dos dados coletados deram-se conforme o que preceitua os princípios da pesquisa de abordagem mista (Paiva, 2019), isto é, uma pesquisa de viés quali-quantitativo.

Primeiramente, recorremos ao método comum de pesquisa bibliográfica e, também, documental: obtivemos acesso ao Órgão Estadual de Segurança que trabalha diretamente com a militarização das escolas de Roraima, e analisamos os dados e as publicações sobre a temática.

Posteriormente, recorremos à pesquisa de campo, desenvolvida por meio da aplicação de questionários com o público. Empregados à plataforma *Google Forms* para dinamizar a geração e a análise de dados junto a profissionais, alunos e comunidade geral sobre a temática em pauta.

O questionário visou levantar informações do perfil dos participantes da pesquisa, bem como medir o nível de satisfação desses sujeitos quanto à implantação

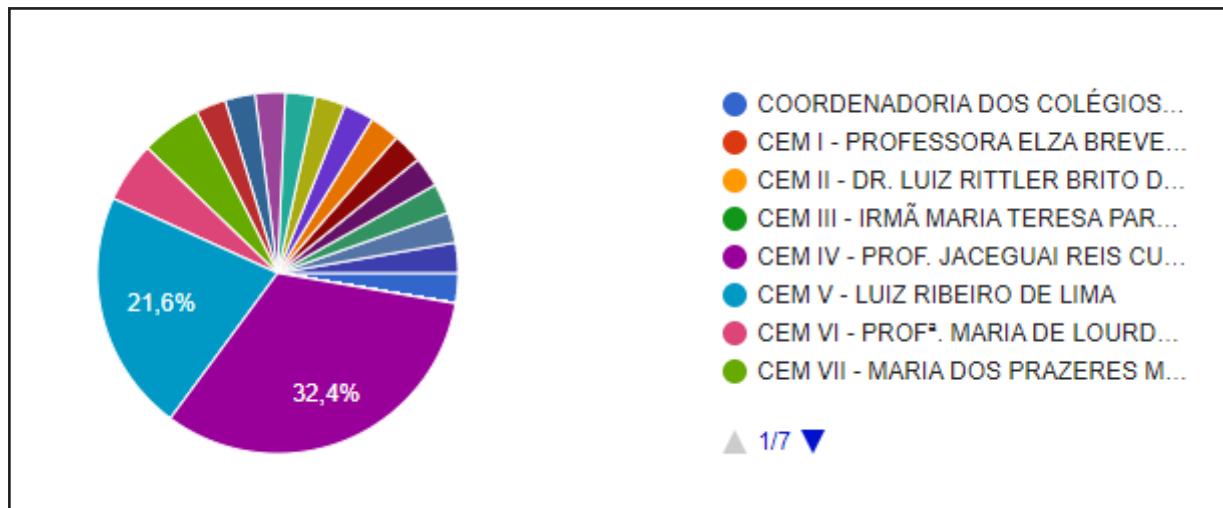
do projeto de militarização das escolas roraimenses, em aspectos sociais e educacionais. O questionário também visava apurar as circunstâncias que esclarecessem a aceitação ou não do projeto e identificar os reflexos dessas percepções nos campos estudados.

As perguntas que conformam o questionário foram elaboradas no segundo semestre de 2023 e podem ser conferidas em Anexo 1. Os questionários foram aplicados com os participantes voluntários entre outubro e novembro de 2023 e alcançaram um público de 88 (oitenta e oito) pessoas. O perfil do público participante pode ser assim descrito: no que tange ao gênero, 63,6% das pessoas se identificaram como do gênero feminino; 35,2% como do gênero masculino; e 1,1% como pertencente ao público LGBTQIAP+. Quanto à idade, 38,6% estão entre a faixa etária de 35 a 45 anos; 29,5% entre 25 e 34 anos; 14,8% entre 46 e 54 anos; 6,6%, de menores de 16 anos; 5,7%, de 17 a 24 anos; e 4,5% com mais de 55 anos.

Quanto ao alcance da pesquisa, atingiu-se um público diversificado dentro da comunidade pretendida, vinculada direta ou indiretamente aos colégios militarizados. No total, a pesquisa contou com contribuição de pessoas que responderam enquanto participes, diretos ou indiretos, de 15 (quinze) escolas, sendo 4 (quatro) do interior do estado, com porcentagem maior no município de Mucajaí/RR. Ao todo, 11 (onze) participantes são de escolas da capital, Boa Vista/RR, totalizando 64,9% do público atingido. Os 35,1% restantes estão divididos entre (1) comunidade em geral, com 32,4%, e (2) CCM, com 2,7% (Gráfico 1).

Das escolas do interior de Roraima, 21,6% do público participante está ligado ao CEM XII, de Mucajaí/RR; 5,4% está ligado ao CEM IV, de Rorainópolis/RR; 2,7% está ligado ao CEM XXIX, de Normandia/RR; e 2,7% está ligado ao CEM XXVIII, de Cantá/RR.

Gráfico 1 – Colégio militarizado do público alcançado na pesquisa



Fonte: os autores

Quanto às escolas da capital Boa Vista, o público atingido em porcentagem foi de 5,4% do CEM IV; 2,7% do CEM XXVII; 2,7% do CEM XXVII; 2,7% do CEM XXXII; 2,7% do CEM X; 2,7% do CEM XXIV; 2,7% do CEM I; 2,7% do CEMIX; 2,7% do CEM XXI; 2,7% do CEM III; 2,7% do CEMVI; 2,7% do CEMVIII e 2,7% de integrantes da Coordenadoria dos Colégios Militarizados da PMRR (CCM).

3 DO PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO NAS ESCOLAS

O militarismo nas escolas, embora esteja em alta atualmente, não é uma realidade recente. Os primeiros colégios militarizados datam de 1889, e destinavam-se a receber filhos de descendentes de militares, criados para desenvolver valores e ensinos militar, como é o caso do Colégio Militar do Rio de Janeiro, modelo épico que ensejou a criação de demais escolas militares em outras regiões do Brasil (Santos; Alves, 2022).

Duarte (2023, p. 258) conceitua os colégios militarizados nos seguintes termos: “[...] são instituições de ensino que adotam características e princípios similares aos das escolas militares, porém não são necessariamente vinculadas às Forças Armadas”. São instituições escolares que, portanto, buscam aplicar métodos e disciplinas

inspirados no ambiente militar, com o objetivo de promover o respeito à hierarquia, a formação cívica e a valorização de valores como responsabilidade, trabalho em equipe e colaboração (Santos, 2020).

No que diz respeito ao estado de Roraima, os primeiros colégios militarizados surgiram em 2016. Em 2018, mais escolas aderiram ao projeto, somando em 2024 um total de 33 (trinta e três) escolas militarizadas, ou colégios militarizados. Além destes, há apenas um colégio militar e apenas uma escola cívico-militar em Roraima. Sobre esse tópico, é importante destacar que a acepção de “colégio militarizado” é distinta dos conceitos de “colégio militar” e de “escola cívico-militar”.

Embora esses sejam modelos que buscam objetivos semelhantes, há divergências no aspecto formativo dessas escolas que precisam ser esclarecidas. Por exemplo, as escolas militares propriamente ditas estabelecem relação profunda com a Instituição Militar de criação, fazendo parte no organograma da mesma e com percentual de vagas destinadas a filhos de dependentes de militares. É o que ocorre, por exemplo, com o Colégio Militar Estadual “Coronel PM Derly Luiz Vieira Borges” (CME), localizado no bairro Canarinho, na cidade de Boa Vista, que destina 50% das vagas aos filhos de policiais e bombeiros militares e 50% à comunidade civil, havendo sido criado pela Polícia Militar de Roraima (PMRR), integrando o seu organograma.

Para melhor esclarecer as diferenças terminológicas que geram confusão no entendimento referente ao que é uma escola militarizada, apresentamos o Quadro 2, a seguir.

Quadro 1 – Diferenças formativas de colégios de cunho militar

ESCOLAS MILITARIZADAS (COLÉGIOS MILITARIZADOS)	ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	COLÉGIOS MILITARES
<ul style="list-style-type: none"> - Fazem parte da gestão da Secretaria de Educação; - As escolas possuem autonomia no Projeto Pedagógico, - Os professores são civis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto do governo federal, Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), implantado em 2018, e que está em processo de extinção pelo atual governo, vigorando até o final do ano corrente; 	<ul style="list-style-type: none"> - São inseridos nos organogramas das forças militares pelas quais são criados;
<ul style="list-style-type: none"> - Trabalham em conjunto, por meio de celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre Instituição Militar e Secretaria de Educação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionam aos moldes dos colégios militarizados, porém, com a parte da gestão militar feita pelas Forças Armadas, e recebe verbas do Governo Federal para que ocorra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possui um percentual de vagas reservado para descendentes de militares, e o ingresso é por meio de processo seletivo;
<ul style="list-style-type: none"> - Vagas inteiramente reservadas à alunos da rede pública, e, ultimamente, tem ocorrido sorteios de vagas nesses colégios; 	<ul style="list-style-type: none"> - São 216 escolas cívico-militares ligadas ao Pecim; - 49 deverão ser mantidas pelos responsáveis. (Santos, 2023). - A Escola Estadual Cívico Militar de RR, é a Fagundes Varela, que fica em Boa Vista. 	<ul style="list-style-type: none"> - A gestão é das Forças Armadas e auxiliares, mas também contam com o apoio de servidores civis na parte pedagógica, como é o exemplo do CME “Cel PM Derly Luiz Vieiria Borges”, e outras.
<ul style="list-style-type: none"> - No Brasil, são 494 escolas cívico-militares ou militarizadas ligadas à Polícia Militar ou ao Corpo de Bombeiros, em RR, o termo corresponde à Militarizada. (Santos, 2023). 		<ul style="list-style-type: none"> - Total de 42 no Brasil: 15 do Exército, 3 da Aeronáutica e 24 da Marinha); - Gestão: Ministério da Defesa, não o MEC. - Só atendem a população quando há vagas disponíveis (Santos, 2023).

Fonte: os autores

Com base no Quadro 2, fica mais bem evidenciado o que seria a gestão compartilhada nas escolas: em suma, é o trabalho efetivado em conjunto entre profissionais civis militares no tocante ao ensino prestado nessas escolas. No caso das escolas militarizadas, a parte pedagógica fica a cargo dos gestores civis, enquanto o controle da ordem e da disciplina fica aos cuidados dos profissionais militares.

Os Colégios Militarizados são mantidos pelo Poder Público Estadual e administrados pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED/RR), em gestão compartilhada com a PM/RR e o CBM/RR, cujo objetivo é oferecer um ensino público gratuito e com qualidade, com a participação da família e da comunidade, observando os princípios e valores militares; é o que preceitua o *Regimento Geral das Escolas Militarizadas*, publicado em 2022, em site oficial do Estado. Divide-se em atribuições conforme designado abaixo:

Art. 15. A gestão Escolar da Rede CEM será compartilhada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED) do Estado de Roraima, Polícia Militar de Roraima (PMRR) e/ou Corpo de Bombeiro Militar (CBMRR).

§ 1º A Gestão Administrativa será exercida por um Oficial Policial ou Bombeiro Militar, nomeado pelo respectivo Comandante Geral, nos termos legais para a função de Diretor.

§ 2º Gestão Pedagógica será exercida por um Professor Efetivo, nomeado pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEED, na função de Gestor Pedagógico (Roraima, 2022, p. 49).

Além da participação de profissionais na gestão da escola, o projeto usa também o termo “gestão democrática” para incluir a comunidade escolar na participação das ações, que vai englobar pais, professores, estudantes e demais funcionários na organização, nos diversos processos de formação dos alunos, conforme estabelece o regimento supracitado. Consta no documento o seguinte:

§ 1º A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar: pais, professores, estudantes e demais funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola e demais processos decisórios.

§ 2º A gestão compartilhada é caracterizada pela ênfase na participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisão, bem como o envolvimento consciente e integrado nas atividades que permeiam o processo escolar, sob a responsabilidade solidária dos gestores administrativo e pedagógico (Roraima, 2022, p. 49).

Evidencia-se, então, que esse modelo de gestão busca, em geral, o engajamento escolar nos diversos campos em que está ligada, funcionando como um elo entre as

partes envolvidas, ancorando-se nos preceitos de liberdade e solidariedade humana, observando os direitos e deveres de todos os partícipes.

O modelo de colégio militar diverge do modelo de colégio militarizado nesse aspecto formativo, já que, embora os CEM's tenham uma gestão de militares, mais precisamente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, esses colégios não fazem parte do organograma dessas instituições militares. O que há é uma Coordenadoria dos Colégios Militarizados, responsáveis pela parte militar dentro das Escolas, e vai regular mais a gestão de pessoas empregadas nesses espaços, bem como todos os atos que decorrerem deste emprego, como capacitação para trabalhar em CEM's, que tem regulamento próprio para atuar nesse cenário (Roraima, 2022).

Outro aspecto relevante a ser pontuado no que diz respeito ao entendimento do que é uma escola militarizada está na forma de ingresso nessas instituições: basta o aluno se matricular na rede pública de ensino, não havendo prerrogativas inerentes a descendentes de militares. A escola militarizada também tem sua gestão vinculada ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria específica do Governo Estadual (Santos; Alves, 2022).

Embora possuam diferenças em sua formação, as “escolas militarizadas” (colégios militarizados), as “escolas cívico-militares” e os “colégios militares” possuem características essenciais semelhantes: são instituições de cunho militar que prezam pela disciplina, pelo patriotismo, pelo civismo, pela hierarquia e pela ordem. Ademais, usam a linguagem militar em seu cotidiano e nas práticas de interação social efetivadas naquele ambiente. Isto pode trazer repercussões expressivas para a dimensão pedagógica, sobretudo no que tange às relações entre professor-aluno e aluno-aluno. Nesse viés, Santos (2020) alerta que, na esteira do projeto de militarização em expansão, certas práticas (não só, mas também, de linguagem) podem contrapor e colocar em xeque os princípios da gestão democrática, pilares fundamentais da escola pública, que deve ser plural.

4 DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O MILITARISMO NAS ESCOLAS

Para discussão dos dados coletados na pesquisa, baseamo-nos no que discutem Weber e Pérsigo (2017) a respeito de opinião pública. As autoras afirmam ser a “opinião da maioria, de grupos sociais, a soma de opiniões individuais ou, até mesmo, como a soma de percepções similares sobre algo contabilizadas por meio de uma pesquisa” (Weber; Pérsigo, 2017, p. 7).

Somado a esse conceito, citamos ainda o que defende Abric (1994, p. 19 *apud* Crusoé, 2004, p. 110), sobre o que seria a representação social: para o autor, “a representação é, pois, constituída por um conjunto de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes sobre um objeto dado”.

Tanto o conceito de opinião pública quanto o de representação têm aportado contribuições para a agenda de pesquisa da Linguística Aplicada. Segundo Maher (2010), no campo da LA, a representação pode ser concebida como um processo discursivo, um processo de significação sempre culturalmente determinado e sócio-historicamente construído. De forma geral, essas representações estão atreladas tanto às funções que língua(gem) desempenha na sociedade quanto à forma como as pessoas concebem a realidade social.

De mão desses entendimentos dos autores Weber e Pérsigo (2017), Maher (2007) e Abric (1994), fica evidenciado que a opinião pública, objeto desta pesquisa, constitui uma representação da realidade do cenário estudado.

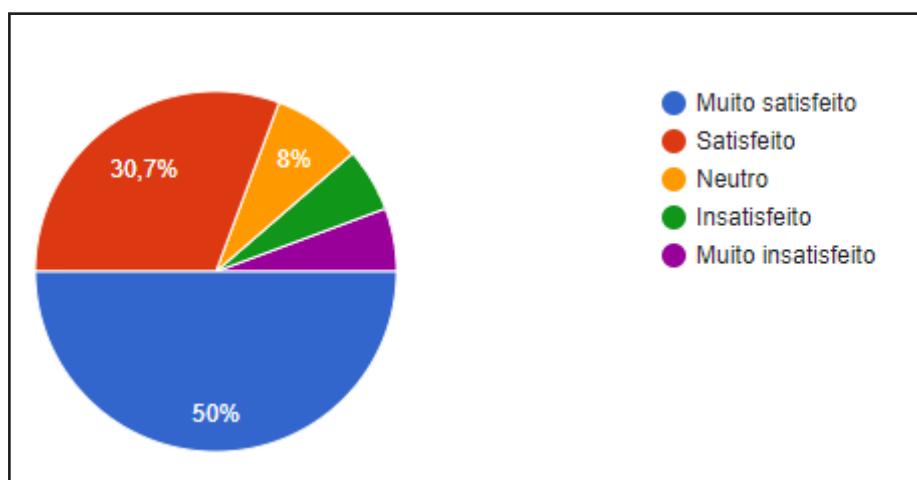
A composição desses conceitos respalda a validade dos dados que foram coletados para fins de estudo, bem como a análise subjetiva feita com base neles, no viés da abordagem quali-quantitativa de pesquisa. Essa abordagem dita “mista” (Paiva, 2019) consiste na combinação de elementos da pesquisa quantitativa com a qualitativa, na medida em que une duas partes de estudo: a primeira, em que se realiza a análise quantitativa dos dados, e a segunda, em que é realizada uma análise mais interpretativista do contexto investigado.

Apresentamos a seguir, então, as perspectivas positivas e, na sequência, as perspectivas negativas do público participante do estudo quanto à militarização das escolas roraimenses.

4.1 Perspectivas positivas

Partindo para a análise subjetiva dos dados, foi possível perceber na leitura dos gráficos e dos comentários dos entrevistados que há uma aceitação quanto ao projeto de militarização nas escolas. Com efeito, 50% dos entrevistados responderam estarem muito satisfeitos e 30,7%, satisfeitos com o processo de militarização das escolas roraimenses. É uma porcentagem significativa comparada à insatisfação de 5,7% e muita insatisfação, de igual porcentagem. Também é importante mencionar que 8% dos participantes optaram por posicionar-se de forma neutra, conforme Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Nível de satisfação



Fonte: os autores

Consoante a essa aceitação da militarização das escolas percebida no estudo, foram coletados os relatos dos entrevistados em pergunta livre, optativa, selecionadas de uma amostragem de 43 (quarenta e três) respostas, que podem associar-se à resposta do gráfico 2.

Essas concepções positivas vinculam-se ao combate à violência, que acaba por beneficiar a comunidade; motivação de alunos; melhoria de comportamento, dentre outros fatores que implicam em reflexos diretos na escola e na sociedade. (Ver quadro 2).

Quadro 2 – Percepções positivas

Percepções de combate à violência e criminalidade

Entrevistado 1: “(...) Com o militarismo nos colégios, é notória a diminuição da criminalidade (...).”

Entrevistado 2: “(...) normalmente era muito comum, violência, tráfico de drogas, com a militarização, todos esses pontos são atacados e erradicados (...).”

Entrevistado 3: “(...) pois podemos perceber a redução da violência nas escolas (...).”

Percepções motivacionais e comportamentais

Entrevistado 4: “(...) a maioria dos alunos sentem-se motivados (...).”

Entrevistado 5: “As crianças e jovens têm se tornado pessoas melhores, mais conscientes, mais responsáveis, mais organizadas (...).”

Entrevistado 6: “(...) gratidão pela melhoria de comportamento de um filho ou filha (...).”

Percepções sociais e educacionais

Entrevistado 7: “(...) temos um estreitamento com a comunidade em geral”, “a gestão compartilhada tem resultado na valorização das famílias, alunos e sociedade (...).”

Entrevistado 8: “(...) pois podemos perceber melhorias no desenvolvimento escolar (...).”

Entrevistado 9: “(...) há melhorias nos índices do IDEB e nas olimpíadas de matemática (...).”

Fragments de respostas coletadas entre 07.11.2023 e 12.11.2023.

Fonte: os autores

Combinando as informações anteriores quanto à aceitação do projeto nas escolas, se considerarmos que os princípios norteadores da educação nessas instituições são a hierarquia e disciplina, há todo um aparato para que isso seja atingido.

No que diz respeito à hierarquia, esta é concedida por meio da promoção, que é lograda por alunos que tenham bom comportamento, que tirem boas notas, e com isso são condecorados com Alamares, conforme estipulado no Regimento Geral dos Colégios Militarizados:

SEÇÃO III

Melhoria de comportamento

Art. 150 O reconhecimento público a uma ação meritória praticada pelo aluno poderá resultar na melhoria de seu comportamento. Sua finalidade é estimular o exercício da cidadania, o bom desempenho nas atividades escolares, o respeito ao próximo e a retidão de conduta necessária à construção de um ambiente social de convivência saudável.

(Roraima, 2022, p. 63).

SEÇÃO IV

Das recompensas e concessão de elogios

Art. 153 São tipos de recompensas:

- 1) Elogio, perante a turma, em aula ou em formaturas;
- 2) Elogio na ficha do aluno;
- 3) Prêmios a critério da gestão;

4) Condecorações. (Roraima, 2022, p. 63). Grifos nossos.

Somado ao “bom comportamento” utilizado como parâmetro para promoções, o regimento garante essa prerrogativa a alunos que se saiam bem nos estudos, atingindo média final acima de 80,00 (oitenta pontos), que sejam assíduos e que cumpram com todas as tarefas programadas, conforme descrito abaixo:

Art. 198 As promoções são efetuadas em solenidade no final de cada ano letivo ou no máximo no 1º Bimestre do ano escolar seguinte, tendo validade até a data da próxima promoção.

Art. 199 **Só podem concorrer às promoções os alunos que**, no ano considerado, satisfaçam as condições abaixo:

- I- Tenham realizado todas as verificações programadas;**
- II- Estejam no mínimo no comportamento ÓTIMO;**
- III- Possuam assiduidade às aulas;**
- IV- Obtenham média final anual igual ou superior a 80,00 (oitenta pontos);**

V- Não ter participado de recuperação bimestral em qualquer disciplina; (...).

Art. 200 **A nota para a promoção será calculada**, com aproximação até centésimo, da seguinte forma:

- a) Nota dos 03 (três) primeiros bimestres;**
- b) Nota de comportamento (conceito do Cmt. Corpo de Alunos);**

c) Somadas e divididas por 2 (dois);

Art. 201 **Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios**, na sequência:

I- Maior Grau de Comportamento;

II- Maior Nota;

III- Maior média de Língua Portuguesa;

IV- Maior média de Matemática;

V- Maior Idade. (Roraima, 2022, p. 66). Grifos nossos.

Diante do exposto, é possível associar que o fator motivação e rendimento escolar dos alunos, muito evidenciado nas respostas coletadas na pesquisa desenvolvida, esteja associado a todos esses parâmetros estabelecidos para que alunos acedam por mérito próprio nos estudos. Os relatos dos entrevistados que evidenciaram a motivação na vida dos alunos mostram que a metodologia utilizada em colégios militarizados repercute efeitos nos estudantes, que passam a ser mais empenhados no âmbito escolar.

Outro fator apontado como positivo está relacionado à imagem da polícia militar presente na escola, que propicia para alguns um sentimento de segurança na comunidade, sendo sua presença fator inibidor de violência. No que tange ao fator democrático que é buscado pelos colégios militarizados, foi possível perceber que aparecem – nas respostas dos participantes do estudo – maior ocorrência de menções à participação da família e da comunidade. É o que aponta alguns relatos de entrevistados (Quadro 3).

Tomando por base o que defendem Weber e Pérsigo (2017), é possível dizer que todos esses pontos, levantados como “representações positivas”, explicam a aceitação do projeto pela comunidade participante. No entanto, há também pontos negativos levantados e visualizados por pessoas que representam, nos mesmos gráficos, uma postura de insatisfação e oposição em relação às facetas do projeto, que serão apresentadas no tópico a seguir.

4.2 Perspectivas negativas

No eixo das representações negativas, foi possível observar que a queixa maior dos entrevistados quanto à militarização das escolas está associada à militarização como fator com potencial causador de problemas psicológicos. Em melhores palavras: diante do modelo de hierarquia e de disciplina, há uma parte do público participante do estudo que entende haver incompatibilidade entre a plena aprendizagem dos alunos

e esses princípios militares, que acaba sendo causador de transtornos psicológicos no corpo discente, conforme se vê em alguns comentários. (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Percepções negativas

(continua...)

Percepções sobre problemas psicológicos

Entrevistado 10: “(...) Os colégios militarizados causam uma pressão tão grande que atrapalha os estudos dos alunos que querem passar de ano (...”).

Entrevistado 11: “(...) é inútil e desgastante (...”).

Entrevistado 12: “(...) causam muita pressão ao aluno (...”).

Entrevistado 13: “(...) chega ser cansativo e insuportável (...”).

Percepções de transferência de responsabilidade

Entrevistado 14: “(...) se as famílias não estiverem envolvidas no processo de doutrinação, será apenas uma transferência equivocada de responsabilidade (...”).

Entrevistado 15: “(...) Levar toda essa carga para crianças e adolescentes em formação é tentar acabar com uma problemática de política pública enraizada na educação brasileira (...”).

Entrevistado 16: “(...) A questão do respeito, ordem e disciplina devem ser elementos aprendidos, valorizados e praticados pelos alunos e suas famílias (...”).

Percepções de restrição do pensamento

Entrevistado 17: “(...) O militarismo na escola traz uma ética artificial (...”).

Entrevistado 18: “(...) “não há liberdade de pensamento (...”).

Entrevistado 19: “(...)”, “O militarismo por si só já trás uma ideia de negação a princípios (...”).

Quadro 3 – Percepções negativas

(conclusão)

Percepções de não afinco com a carreira militar

Entrevistado 20: “(...) só vai ser importante para as pessoas que querem ser da polícia militar, civil e etc (...)”.

Entrevistado 21: “(...) escola militarizada serve mais pra quem tem vontade de seguir carreira militar (...)”.

Percepção relacionada à efetivo empregado

Entrevistado 22: “(...) este trabalho demanda uma quantidade elevada de policiais militares empregados a essa finalidade e subtrai efetivo do policiamento ordinário que é o serviço primário da Polícia Militar (...)”.

Percepções sobre falta de entrosamento entre os servidores

Entrevistado 23: “(...) Os professores civis devem ter um maior entrosamento com os militares através de mesa redonda, reuniões e congressos onde possam discutir pontos que devem ser alinhados para caminharem em direção ao mesmo objetivo na educação, pois há uma discordância de pontos de vista entre educadores, monitores e gestores, que prejudica o convívio nas instituições (...)”.

Entrevistado 24: “(...) Vejo apenas que tem que existir mais integração entre a gestão militar e a gestão civil”. Existem muitas divergências de concepções que acabam afetando diretamente no melhor andamento na desenvoltura dos alunos (...)”.

Entrevistado 25: “(...), no entanto, precisa definir melhor a função e/ou as atribuições de cada gestor, digo, porque no CEM XII em que trabalho o ano de 2023 (...)”.

Fragmentos de respostas coletadas entre 07.11.2023 e 12.11.2023.

Fonte: os autores

Conforme pode ser visto no Quadro 3, o segundo aspecto negativo mais destacado pelos participantes da pesquisa diz respeito à correlação entre família e escola. A opinião pública, mesmo que familiar, nesse contexto, parece problematizar a dita transferência de responsabilidades que tradicionalmente cabiam à família para o Estado. Esse movimento, embora possa transmitir a impressão de organização social, pode, na realidade, contribuir para o silenciamento de questões sociais mais profundas que se encontram no âmbito familiar que os alunos, por mais que tentem evitar, levam para a escola.

Ademais, o método adotado por determinadas instituições de ensino militarizadas parece direcionar os alunos para áreas específicas do saber, que nem sempre correspondem aos interesses individuais ou às demandas que a sociedade contemporânea possui. Tal abordagem, segundo algumas perspectivas educacionais, pode resultar em uma limitação do espectro de pensamentos e ideias, reforçada pela rigidez e inflexibilidade metodológica presente nessas escolas militarizadas. É importante ressaltar que a escola deve ser um espaço de pluralidade, diversidade de pensamentos e, principalmente, de promoção da autonomia discente para futuras escolhas profissionais e interesses de estudo, e não apenas focar nos conhecimentos militares.

Ainda conforme o Quadro 3, outro ponto levantado e interpretado como negativo diz respeito à falta de entrosamento entre servidores dessas classes distintas (educadores e militares). Tal ponto parece ser consensual entre os grupos participantes da pesquisa: há concordância entre a maioria dos entrevistados que profissionais civis e militares que trabalham nos colégios militarizados deveriam estar em maior sinergia, construindo coletivamente um ambiente educacional mais profícuo. Subjacente aos comentários dos participantes do estudo, está a opinião de que essa falta de entrosamento e diálogo mais efetivo, muitas vezes, gera conflitos sobre quais atribuições cada profissional deve exercer dentro da escola, dentre outros desencontros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em Celani (1992), que define a Linguística Aplicada (LA) como uma ciência interdisciplinar voltada à resolução de problemas sociais relacionados à linguagem, a presente pesquisa analisou os reflexos da implementação do modelo de gestão militarizada nas escolas de Roraima. Tal modelo, que combina a atuação de profissionais civis na esfera pedagógica e militares na esfera da manutenção da ordem e disciplina, revelou aspectos significativos para a comunidade.

Os dados coletados apontam que a opinião pública tende a identificar fatores positivos no modelo militarizado, especialmente no que tange à melhoria do comportamento, desempenho acadêmico e motivação dos estudantes. A aplicação de princípios como hierarquia e disciplina é frequentemente interpretada como um elemento promotor de meritocracia e satisfação entre pais, responsáveis e a sociedade em geral, além de proporcionar uma maior sensação de segurança com a presença policial nas escolas.

No entanto, é imprescindível ressaltar que os mesmos princípios, quando aplicados de forma rigorosa, podem gerar efeitos adversos. A imposição de hierarquia e disciplina pode ser uma fonte potencial de problemas psicológicos nos alunos, restringindo a liberdade de pensamento e escolha, particularmente para aqueles que não almejam seguir carreiras militares. E isso é o que identificamos como uma linguagem militarizada, pois advém desse tipo de escola, que segue essa ideologia.

Também é necessário destacar que uma educação crítico-libertadora pode não se efetivar em um ambiente em que o militarismo fere as práticas pedagógicas dos docentes. Esses fatores exigem uma análise cuidadosa, no sentido de evitar que o projeto, ao buscar solucionar problemas educacionais, acabe por criar outros, igualmente preocupantes.

A aceitação ou rejeição da militarização das escolas, conforme constatado na pesquisa, está intrinsecamente ligada às percepções subjetivas da comunidade. As abordagens de Maher (2010) e Weber e Pérsigo (2017) reforçam a importância de considerar essas representações/percepções como um reflexo da realidade vivida por muitas outras pessoas. Assim, é necessário reconhecer tanto os aspectos positivos quanto os negativos desse projeto de militarização, sobretudo no que tange aos desafios que emergem desse modelo de gestão compartilhada. Ademais, urge que os aspectos considerados negativos sejam melhorados.

A opinião geral do público participante é: para assegurar o sucesso do projeto, mostra-se necessário o aprimoramento contínuo da formação dos profissionais

militares atuantes nas escolas, ampliando as formações já realizadas. Além disso, é fundamental promover maior integração entre civis e militares por meio de reuniões e palestras pedagógicas, conforme sugerido pelos entrevistados. A participação ativa das famílias no processo educacional também deve ser incentivada, garantindo um alinhamento entre os diversos atores envolvidos.

Para que o projeto alcance um caráter verdadeiramente democrático, também é crucial que exista flexibilidade para atender alunos que não se adaptem ao modelo militarizado, oferecendo alternativas educacionais em escolas não militarizadas. Essa medida é coerente com os princípios da LA crítica e transgressiva (Moita Lopes, 2006), que entende valorizar a diversidade e a pluralidade, que busca não apenas identificar problemas, mas também propor soluções contextualmente adequadas para a construção de uma sociedade mais democrática.

Os resultados desta pesquisa podem servir como base para estudos futuros e como instrumento de reflexão para gestores públicos. Compreender como a linguagem militarizada impacta os estudantes e a sociedade é essencial para implementar ajustes que contribuam para a melhoria contínua do cenário educacional em Roraima. Afinal, os alunos de hoje serão os cidadãos de amanhã, e a qualidade de sua formação refletirá diretamente na construção de uma sociedade mais equitativa e responsável.

Por todo o exposto, é imperativo que os desafios enfrentados não sejam negligenciados, mas tratados de forma construtiva. O tema não se esgota e o projeto de militarização das escolas deve continuar sendo pautado por pesquisas de variadas naturezas e perspectivas teórico-metodológicas.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J-C. L'étude expérimentale des représentations sociales. In: JODELET, D. (Ed.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994. p. 205-223.

ALMEIDA, M. N. G.; VILLALBA, O. A Teoria do Pensamento Bakhtiniano na Escola Pública: uma comunicação além da retórica e do verbo. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 2., 2015, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize, 2015.

CELANI, M. A. A. Afinal, o que é Lingüística Aplicada? *In: PASCHOAL, M; CELANI, M. A. A. (Orgs.). Lingüística Aplicada: da aplicação da Lingüística à Lingüística transdisciplinar.* São Paulo: EDIC, 1992. p. 15-23.

COSTA, A. R.; BEVILÁQUA, A. F.; KIELING, H. dos S.; FIALHO, V. R. **Paulo Freire hoje na Cibercultura.** Porto Alegre: CirKula, 2020.

COSTA, A. R.; SILVA JÚNIOR, A. F. da; ZAMBRANO, C. E. G.; SILVA, M. V. da. (Org.). **Caminhar, transitar, transgredir pela Linguística Aplicada crítica e decolonial.** Boa Vista: UERR Edições. 2024.

CRUSOÉ, N. M. de C. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em Educação. **APRENDER: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, p. 105-114, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. Acordo de Cooperação Técnica, Administrativa, Financeira e Pedagógica nº 001/2012. **Site do Colégio Militar Estadual de Roraima.** Disponível em: https://www.colegiopmrr.com/_files/ugd/086a03_52b4af87b3cb48be-934324ff7dc08cd8.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Decreto n. 14.151-E**, de 29 de maio de 2012. Dispõe sobre a integração do Colégio Militar Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Cel PM Derly Luiz Vieira Borges” a rede estadual de educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.colegiopmrr.com/_files/ugd/086a03_9cd4fc4f3cf34ef-fab4ef67bae6469e25.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

DUARTE, A. R. B. Desafios e perspectivas do coordenador pedagógico nos colégios estaduais militarizados. **Revista Humanidades & Tecnologias**, v. 41, n. 1, p. 256-268, jul./set. 2023.

KRAWCZYK, N. R. (Org.) **Escola pública:** tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas: FE/UNICAMP; Uberlândia: Navegando, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Lei Complementar n. 192**, de 30 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a criação do Colégio Militar Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Cel PM Derly Luiz Vieira Borges” e dá outras providências. Disponível em: https://www.colegiopmrr.com/_files/ugd/086a03_132f5aa053e94db888cf0466a06928f3.pdf . Acesso em: 19 nov. 2023.

MAHER, T. M. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. **Revista Currículo sem Fronteiras**, [S.I.], v. 10, n. 1, p. 33-48, 2010.

MENEZES, L. Servidores que atuam nos colégios militarizados de Roraima passam por treinamento sobre comunicação não-violenta. **Roraima em Foco**, 2023. Disponível em: <https://roraimaemfoco.com/servidores-que-atuam-nos-colegios-militarizados-de-roraima-passam-por-treinamento-sobre-comunicacao-nao-violenta/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

PAIVA, V. M. de O. e. **Manual de Estudos Linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

RIBEIRO, A. E. Educação e tecnologias digitais na pandemia: ciclos da precariedade. **Cadernos de Linguística**, [S.I.], v. 2, n. 1, p. 01-16, 2021.

RORAIMA. **Portaria n. 07/22/SEED/GAB/RR**, de 08 de junho de 2022. Aprova o Regimento Geral dos Colégios Estaduais Militarizados da Rede Pública do Estado de Roraima.

SANTOS, E. Colégios militares, cívico-militares e da polícia: veja quantos são no país e entenda as diferenças entre eles. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/13/escolas-civico-militares-tem-meta-eficacia-e-desempenho-desconhecidos-veja-6-pontos-sobre-a-bandeira-de-bolsonaro-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, e09144, 2022.

SANTOS, G. S. dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxeducativa/article/view/15348>. Acesso em: 11 de set. 2023.

WEBER, A. F.; PÉRSIGO, P. M. **Pesquisa de Opinião Pública**: Princípios e Exercícios. Santa Maria: Facos UFSM, 2017.

Contribuição de Autoria

1 – Ceiliene Pereira da Silva e Silva

Pós Graduação em Docência Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

<https://orcid.org/0009-0006-3665-506X> • ceilienny@hotmail.com

Contribuição: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição

2 – Antonio Lisboa Santos Silva Júnior

Doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0003-2016-3889> • antonio_lisboa_jr@hotmail.com

Contribuição: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição

3 – Alan Ricardo Costa

Doutor em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul

<https://orcid.org/0000-0001-8132-6202> • alan.dan.ricardo@gmail.com

Contribuição: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição

Como citar este artigo

Costa, A. R.; Silva Júnior, A. L. S.; Silva, C. P. da S.;. Militarização das escolas públicas de Roraima: opiniões e questões de linguagem no contexto escolar. *Revista Linguagens & Cidadania*, Santa Maria, v.22, e89850, 2025. DOI 10.5902/1516849289850. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1516849289850>